



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
COMARCA DE CAPIVARI, ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Regente Feijó, nº 961 – Centro – CEP: 13360-000 – CP:
60 - Telefones (19) 3492-7537 / 3492-7538
E-mail: ri@ricapivari.com.br
ALINE FIUZA CICHETTO
OFICIAL

POLITICA DE PRIVACIDADE

(PROVIMENTO CGJ Nº 23/2020)

O Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Capivari respeita o direito à privacidade e o direito à proteção de dados pessoais.

No exercício de suas atribuições legais, realiza o tratamento de dados pessoais para cumprir sua finalidade pública, com o objetivo de executar as suas atribuições e competências legais do serviço público.

A presente Política de Privacidade tem por objetivo informar as hipóteses em que - no exercício da competência legal deste Oficial - são tratados dados pessoais, a sua finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução dessas atividades.

Esta Política de Privacidade será atualizada sempre que necessário, motivo pelo qual se recomenda sua constante e periódica consulta.

TRATAMENTOS REALIZADOS

O Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídica de Capivari é levado a tratar dados pessoais para cumprir as suas atribuições previstas na Lei 6.015/73, na Lei 8.935/95, na legislação tributária e nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

O tratamento de dados pessoais consiste em toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
COMARCA DE CAPIVARI, ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Regente Feijó, nº 961 – Centro – CEP: 13360-000 – CP:
60 - Telefones (19) 3492-7537 / 3492-7538
E-mail: ri@ricapivari.com.br
ALINE FIUZA CICHETTO
OFICIAL

A coleta dos dados pessoais dos usuários da Serventia é feita com base nos documentos e títulos apresentados para registro e averbação, tais como: requerimentos, escrituras, instrumentos particulares, etc.

Os dados pessoais são utilizados na redação dos assentos registrais, passando a integrar os livros oficiais deste Registro, sendo armazenados em sistema informatizado, o que é necessário para execução das competências e atribuições legais pertinentes.

FINALIDADE DO TRATAMENTO

O tratamento de dados pessoais realizado pelo Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Capivari tem por objetivo atender à sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público.

Como finalidade específica, destaca-se a execução dos serviços concernentes aos Registros Públicos, estabelecidos pela legislação para autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos (art.1º, Lei 6.015/73).

DA FORMA E DURAÇÃO DO TRATAMENTO

O tratamento de dados pessoais é realizado por meio de sistema de informática, com armazenamento em bancos de dados informatizados, além de lançamento nos livros oficiais previstos na Lei 6.015/73.

O tratamento mantém-se durante o tempo necessário para a execução das atividades registrais, sendo que os assentos nos livros oficiais não são eliminados em cumprimento da sua finalidade pública prevista na Lei 6.015/73.



Registro de Imóveis,
Títulos e Documentos
e Civil de Pessoas
Jurídicas de Capivari

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
COMARCA DE CAPIVARI, ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Regente Feijó, nº 961 – Centro – CEP: 13360-000 – CP:
60 - Telefones (19) 3492-7537 / 3492-7538
E-mail: ri@ricapivari.com.br
ALINE FIUZA CICHETTO
OFICIAL

IDENTIFICAÇÃO DO CONTROLADOR

O controlador dos dados é a Oficial de Registro de Imóveis Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Capivari, que pode ser contatada pelo e-mail: ri@ricapivari.com.br, ou pelo telefone (19) 3492-7537.

O encarregado nomeado nos termos dos artigos 23 e 41 da LGPD e item 133 do Prov. 23/2020 da CGJ é o Escrevente Substituto VINÍCIUS BARBOSA, a quem compete atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), podendo ser contatado pelo telefone (19) 3492-7537 e pelo e-mail dpo@ricapivari.com.br.

COMPARTILHAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais colhidos pelo Oficial podem ser compartilhados com vista a atender disposições legais e normativas, por exemplo com a Secretaria da Receita Federal, com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, com a Associação dos Registradores de Imóveis de São Paulo – ARISP.

RESPONSABILIDADES DOS AGENTES DE TRATAMENTO

Os agentes de tratamento de dados no âmbito desta Serventia são responsáveis por observar as disposições pertinentes à proteção de dados pessoais previstas na LGPD, bem como o direito à privacidade dos usuários do serviço.

DIREITOS DOS TITULARES

O titular dos dados pessoais tem direito a obter deste Oficial, em relação aos seus dados tratados, a qualquer momento e mediante requisição (art. 18, da LGPD):



Registro de Imóveis,
Títulos e Documentos
e Civil de Pessoas
Jurídicas de Capivari

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
COMARCA DE CAPIVARI, ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Regente Feijó, nº 961 – Centro – CEP: 13360-000 – CP:
60 - Telefones (19) 3492-7537 / 3492-7538
E-mail: ri@ricapivari.com.br
ALINE FIUZA CICHETTO
OFICIAL

I - confirmação da existência de tratamento;

II - acesso aos dados;

III - correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

IV - anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei;

V - portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;

VI - eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD;

VII - informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;

VIII - informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;

IX - revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º da LGPD.

O titular dos dados pessoais tem o direito de peticionar em relação aos seus dados contra o controlador perante a autoridade nacional.

O titular pode opor-se a tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, em caso de descumprimento ao disposto na LGPD.

Os direitos serão exercidos mediante requerimento expresso do titular ou de representante legalmente constituído, ao agente de tratamento. Não sendo possível o atendimento imediato, será enviada resposta ao titular, que poderá consistir-se em:

 <p>Registre o Seu Bem</p> <p>Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de Capivari</p>	<p>OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA COMARCA DE CAPIVARI, ESTADO DE SÃO PAULO Rua Regente Feijó, nº 961 – Centro – CEP: 13360-000 – CP: 60 - Telefones (19) 3492-7537 / 3492-7538 E-mail: ri@ricapivari.com.br ALINE FIUZA CICHETTO OFICIAL</p>
---	---

- a) comunicação de que o destinatário não é agente de tratamento dos dados e indicação, sempre que possível, do agente; ou
- b) indicação das razões de fato ou de direito que impedem a adoção imediata da providência.

O requerimento será atendido sem custos para o titular, nos prazos e nos termos previstos em regulamento.

Conforme disposto no Provimento CGJ 23/2020:

141. Os titulares terão livre acesso aos dados pessoais, mediante consulta facilitada e gratuita que poderá abranger a exatidão, clareza, relevância, atualização, a forma e duração do tratamento e a integralidade dos dados pessoais.

142. O livre acesso é restrito ao titular dos dados pessoais e poderá ser promovido mediante informação verbal ou escrita, conforme for solicitado.

142.1 Na informação, que poderá ser prestada por meio eletrônico, seguro e idôneo para esse fim, ou por documento impresso, deverá constar a advertência de que foi entregue ao titular dos dados pessoais, na forma da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, e que não produz os efeitos de certidão e, portanto, não é dotada de fé pública para prevalência de direito perante terceiros.